



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Bancada do DF votou em maioria contra as saidinhas para presos

Na votação para derrubada do veto do presidente Lula às chamadas saidinhas de presos, cinco deputados federais e dois senadores votaram a favor, para restabelecer a restrição de liberação para visitas a famílias em datas comemorativas, como Dia das Mães, dos Pais e Natal. Votaram pela derrubada do veto os deputados Alberto Fraga (PL), Fred Linhares (Republicanos), Júlio César (Republicanos), Gilvan Máximo (Republicanos) e a deputada Bia Kicis (PL). O deputado Rafael Prudente (MDB) estava ausente. Entre os senadores, votaram contra as saidinhas Damares Alves (Republicanos) e Izalci Lucas (PL). A deputada Érika Kokay (PT) e o deputado Reginaldo Veras (PV) foram os únicos da bancada do DF a favor do benefício. A senadora Leila Barros (PDT) não votou. No total, foram 314 votos pela derrubada do veto na Câmara e 126 pela manutenção, além de duas abstenções. No Senado, houve 52 votos contra o benefício e 11 a favor, além de uma abstenção.



Antônio Cruz/Agência Brasil

Nas fake news, placar de 6 a 2

No projeto das fake news — que previa a tipificação de crime com pena de até cinco anos — o veto do então presidente Jair Bolsonaro foi mantido com o voto de seis deputados do DF que se somaram à maioria da Casa. Alberto Fraga (PL), Fred Linhares (Republicanos), Júlio César (Republicanos), Gilvan Máximo (Republicanos) e Rafael Prudente (MDB) e a deputada Bia Kicis (PL) seguiram a posição de Bolsonaro. Mais uma vez, Érika Kokay (PT) e Reginaldo Veras (PV) discordaram da maioria. No total, foram 317 deputados a favor da manutenção do veto e 139 pela derrubada. Com a manutenção do veto na Câmara, o projeto não passou pelo Senado.

"Evidencia-se com os maiores custos sociais e institucionais, que a Operação Lava-Jato foi responsável por uma espécie peculiar de delitos: a delinquência processual. Foi um projeto de poder, sobre o qual se impõe a Constituição e a nossa estrutura comunitária de controles institucionais. A Lava-Jato não quis combater a corrupção, quis fazer gol de mão. A ideia era ou o juiz não ver, ou ganhar o jogo ilegalmente. O país perdeu uma das grandes oportunidades de aprimorar efetivamente o combate à corrupção."

Thiago Turbay, advogado criminalista sócio do Boaventura Turbay Advogados, sobre a decisão do ministro Dias Toffoli de anular os atos da Lava-Jato em relação à Odebrecht



SÓ PAPOS

"É um grande pacote no qual as pessoas que confessaram praticar crimes estão saindo impunes, e outras estão tendo os casos anulados. E quem paga o pato disso tudo é, sempre, a sociedade. Sempre foi assim no Brasil. Os corruptos saem impunes. E o Supremo Tribunal Federal está garantindo que isso continue da mesma forma."

Deltan Dallagnol, ex-deputado federal e ex-coordenador da Operação Lava-Jato, em entrevista ao Estadão



Arquivo Pessoal



Roque de Sá/Agência Senado

Regularização

A Secretaria da Família e Juventude do DF (SEFJ) começou a elaboração de um acordo de cooperação técnica com a Neoenergia. O secretário da pasta, Rodrigo Delmasso, se reuniu com a equipe técnica da Neoenergia para definir a ação, com objetivo de dar celeridade aos processos de regularização. Mais de 500 lotes de templos religiosos, entidades sem fins lucrativos e de assistência social em área pública serão regularizados com mais agilidade.

Ed Alves/CB/DA.Press



Mal-estar passageiro

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) sentiu-se mal ontem na Câmara Legislativa e passou a tarde no posto do serviço médico da Casa. Ele teve taquicardia e pressão alta. Segundo a assessoria, Joaquim Neto não aparentava estar bem desde a véspera. No fim do dia, já estabilizado, ele foi para casa. O parlamentar de 32 anos não tem problemas crônicos de saúde. Será que foi estresse?

Ed Alves/CB/DA.Press



Auditoria e depoimento

A presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência da Câmara Legislativa, Paula Belmonte (Cidadania), promove hoje reunião extraordinária para aprovar pedido de auditoria no contrato de gestão da Secretaria de Saúde (SES-DF) com o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (IgesDF). Também solicita à Secretaria de Saúde informações sobre a execução e metodologia de metas do contrato. "Não podemos aceitar que esse contrato com o Iges continue sendo uma caixa preta, especialmente neste momento de caos na saúde", justifica a distrital. Hoje, a Comissão também recebe a secretária da pasta, Lucilene Florêncio, para falar sobre o serviço de saúde.

7 assinaturas para CPI

Falta apenas uma assinatura para o protocolo do requerimento de instalação da CPI da Saúde na Câmara Legislativa. Na noite de segunda-feira, Ricardo Vale e Chico Vigilante, do PT, se somaram a Fábio Félix (PSol), Max Maciel (PSol), Dayse Amarílio (PSB) e Gabriel Magno (PT). Ontem, a deputada Paula Belmonte (Cidadania) disse à coluna que assinará.

Geraldo Magela/Agência Senado



Equiparação

A senadora Leila Barros (PDT-DF) incluiu uma emenda que garante a paridade dos salários de policiais civis e federais no projeto de lei que reestrutura várias carreiras federais. O texto deve ser votado hoje no Senado.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | FÁBIO FELIX | DEPUTADO DISTRITAL (PSOL)

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da CLDF defendeu, no programa *CB.Poder*, a criação de uma CPI para apurar a situação na saúde. Até agora, seis parlamentares da oposição assinaram o pedido. São necessários oito

"Falta planejamento contra a crise"

» LUIS FELYPE RODRIGUES*

A motivação para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para investigar o serviço de saúde do Distrito Federal foi tema da entrevista com o deputado

Fábio Felix (PSol), presidente da Comissão de Direitos Humanos, durante o programa *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e a *TV Brasília* — de ontem. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, o parlamentar também comentou sobre a questão do feminicídio e o movimento LGBTQIA+.

Ed Alves/CB/DA.Press



Qual a motivação para o requerimento apresentado pela oposição para a criação de uma CPI na saúde?

Sabemos que hoje existe um agravamento e uma crise muito forte na saúde pública do DF. Como as mortes das crianças e hoje (ontem) tivemos a denúncia da quinta morte de uma criança, que aconteceu em Santa Maria. Isso gera um sentimento de indignação enorme na população. Eu sei que muitas vezes a população não acredita em instrumentos como a CPI, mas acho que essa é a ferramenta e instrumento político mais contundente que o Legislativo tem para agir em alguns casos. O que estamos propondo é uma CPI, com um escopo investigativo

no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF). Porque o Iges-DF era a promessa de melhoria da saúde pública que não aconteceu e não vingou.

Os problemas dos hospitais lotados são algo bem complexo, mas poderia comentar sobre a questão da falta de transporte (ambulâncias)?

O dado que temos hoje é que 50% das ambulâncias do setor público, aquelas que não são terceirizadas, estão quebradas. Se não me engano, das 41 que temos, 20 ou 21 ambulâncias estão paradas. O governo anunciou agora uma licitação para contratação de uma empresa (que oferecerá) ambulâncias. Quer dizer, nós temos um

sistema que poderia ter sido planejado e resolvido. A questão do transporte é inaceitável. Tanto o transporte quanto a questão da abertura de leitos. Na pandemia da covid-19, vimos que quando o governo quer abrir leitos de forma emergencial e responder a uma crise, ele dá conta de abrir o leito de um dia para o outro. Ele consegue fazer. Então, falta planejamento, ação e reconhecer que estamos em uma crise.

Em relação à Câmara Legislativa, quantas assinaturas foram coletadas e qual o clima que o senhor tem percebido na Casa?

A questão da saúde afeta todos os parlamentares. Não há bandeira partidária ou ideológica, todo

o mundo é cobrado. Porque 75% da população do DF é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) e mesmo os 25% que utilizam o sistema de saúde privado, utilizam o SUS para a vacinação e precisam frequentar uma UBS para algum tipo de acompanhamento. Todos os parlamentares são cobrados em relação a esse tema. E o clima é de insatisfação, sinto que as pessoas não estão satisfeitas com as medidas apresentadas ao governo e a reunião mostrou isso. Hoje temos seis assinaturas na CPI, eu, o deputado Max Maciel (PSOL), Dayse Amarílio (PSB), Gabriel Magno (PT), Chico Vigilante (PT) e o Ricardo Vale (PT). Para o protocolo da CPI, precisamos de oito assinaturas, porque é o mínimo para

que a CPI seja de fato recebida pelo presidente e, posteriormente, instalada.

O DF também tem situação muito grave em relação aos feminicídios. Qual solução o senhor enxerga para esse tema?

A maior parte dos crimes acontece por parte do marido, namorado etc. Isso revela, para nós, uma complexidade das relações sociais. A igualdade de gênero está no centro do debate, hoje existe a mulher em um lugar de objetificação e de extrema vulnerabilidade. A mulher não é reconhecida como o sujeito de direitos. E o homem acaba achando que pode sujeitá-la a qualquer tipo de ofensa, violência, inclusive, a violência letal. O primeiro passo seria começar a prevenir isso debatendo na escola, esse debate precisa acontecer em toda a rede pública, as políticas públicas precisam assumir essa temática.

Junho será o mês do movimento LGBTQIA+ e o senhor sempre defendeu a diversidade. Poderia comentar sobre como será este mês?

É um mês de celebração sempre. Tenho muito orgulho da comunidade LGBTQ do DF. Nós temos nos organizado e dialogado. O maior movimento social do DF é a parada LGBTQ, ninguém põe 100 mil pessoas na rua, só a parada LGBTQ. Vai ocorrer no próximo domingo a parada LGBTQ de São Paulo, que põe 4 milhões de pessoas nas ruas. Infelizmente não vou poder ir. É um movimento social que coloca gente nas ruas com música, alegria, representatividade e diversidade. Minha primeira parada foi em 2003 e tenho um orgulho enorme desse movimento, eu sei da importância dele para nossas conquistas. Por isso chamamos de Parada do Orgulho, isso não é por arrogância, nós temos orgulho de quem somos. Temos orgulho de quem a gente é



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

* Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira